

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 44.^a Sessão Ordinária

Realizada em 12 de Maio de 1971
(Quarta-Feira)

Presidência do sr. deputado Antônio Costa, secretariada pelos srs. deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Mugigati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão, Xenofonte Villanueva (43); achando-se ausentes, os srs. deputados Wilson Fortes, Arthur de Souza, Francisco Escorsin, Paulo Camargo (4).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETARIO — procede a leitura das atas das sessões anteriores, que são aprovadas sem observações.

O SR. 1.^o SECRETARIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

— Sob o n.º 8-71, do senhor Governador do Estado, datada de 26 do mês próximo passado, encaminhando a esta Casa, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo item II, do artigo 24, da Constituição do Estado, a proposta de Emenda Constitucional. — A Comissão de Constituição e Justiça.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, a Vossa Excelência Regime de Urgência Para o Projeto de Resolução n.º 5-71, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1971.

(a) **Paulo Poli**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares requer, na forma regimental, o seguinte:

1.o — Que se registre na Ata dos trabalhos de hoje, votos de aplausos a Exma. Sra. Helena Leon Peres, pela feliz e oportuna "Campanha do Agasalho", iniciada na semana próxima passada, sob o comando e orientação da Exma. Primeira Dama.

2.o — Que se oficie à exma. senhora Helena Leon Peres comunicando também que se necessário estamos dispostos a colaborar na "Campanha do Agasalho", inclusive dinheiro que iremos dispor consignado em verba própria.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1971.

(a) **Paulo Peli**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

CONSIDERANDO

1. O número elevado de assaltos à mão armada vêm sendo praticados em Curitiba a motoristas de táxis, culminando esta semana com o bárbaro assassinato de um profissional do volante;

2. A justa preocupação da classe em face das repetidas ocorrências;

3. A incidência em todo o Estado do Paraná dos mesmos fatos acima relatados.

Requeiro à Mesa, regimentalmente, oficie-se ao exmo. sr. Secretário de Segurança Pública, sugerindo à S. Exa. que se digne determinar, a título experimental, a adoção de antiga sugestão e reivindicação dos motoristas profissionais, no sentido de se colocar em todos pontos de táxis caixa apropriada para que o profissional, após solicitar identificação do(s) passageiro(s), coloque na aludida caixa apropriada, nome(s) e identidade(s) do(s) mesmo(s).

Esta prática poderá, perfeitamente, ser utilizada também, pelos motoristas que receberem passageiros fora de seus pontos originais, pois, neste caso se utilizaria da caixa apropriada existente no ponto de taxis mais próximo do percurso solicitando.

Apesar das naturais dificuldades que poderão ser encontradas para o estabelecimento da pleiteada medida, sua adoção, por certo, se constituirá em sério obstáculo aos irresponsáveis marginais que perpetram tão nefandos e condenáveis crimes.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1971.

a) **Maurício Fruet**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência que determine a expedição de ofício ao excelentíssimo senhor governador Haroldo Leon Peres, digníssimo Chefe do Poder Executivo do Paraná, sugerindo a criação de um organismo estadual — a Superintendência do Desenvolvimento da Região os planos municipais da mencionada área.

Esta solicitação prende-se ao fato de haver necessidade, sem ferir os princípios de autonomia municipal, de integralizar estas Prefeituras para evitar que o trabalho feito por uma vá colidir com o de outra.

A referida providência por parte do Governo do Estado, à semelhança do que já está sendo feita por outras unidades da Federação, propiciará meios para a rápida institucionalização das áreas metropolitanas e a solu-

ção de problemas ligados ao trânsito, abastecimento e saneamento, etc. que envolvem o interesse de diversos municípios e do próprio Estado.

É verdade que, a falta de uma lei complementar federal para regular a instituição de regiões metropolitanas, é o principal óbice a ser encontrado para a redação de um projeto de sua institucionalização. O Governo do Estado, contudo, através de contatos com o Ministério do Interior e seu órgão competente, o SERFHAU — Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, — e o Ministério do Planejamento poderá dar os primeiros passos para a concretização desse grande plano e a sua consequente captação de recursos.

O novo órgão a ser criado ficaria encarregado de elaborar os planos, analisar e formular as hipóteses fundamentais de desenvolvimento da área metropolitana de Curitiba, relativamente à aplicação de investimentos da infra-estrutura urbana. A análise dos atuais equipamentos urbanos e a projeção das necessidades para os próximos anos daria condições, ainda, para a solução dos problemas de comunicação, educação, saúde, habitação, etc.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1971.

a) **Maurício Fruet**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Casa, após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao senhor diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem em nosso Estado, para que providencie melhor fiscalização na BR-277, no trecho compreendido entre Lagôa Seca e Guarapuava, no município do mesmo nome.

A medida se prende a pedido da Câmara Municipal de Guarapuava e tem a sua razão de ser.

O intenso tráfego existente naquela rodovia, na região citada, local de entroncamento, o principal da mesma, vem sendo causador de desastres lamentáveis, com perdas de vidas humanas.

Como exemplo, basta se citar que no dia 28 próximo passado dois acidentes ocorreram naquele trecho, perecendo várias pessoas, motivo pelo qual temos certa da aprovação deste requerimento pelos nossos Pares.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1971.

a) **Nivaldo Krüger**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

CONSIDERANDO

1. Que em meados de outubro de 1970 foi concluída a construção de um Posto de Saúde no município de Pien, em prédio de alvenaria;

2. Que apesar da premente necessidade da região o mesmo até agora não funcionou, obrigando os seus moradores a se dirigirem a Curitiba, Rio Negro e São Bento do Sul (SC), para receberem atendimentos médicos, fato que, como é lógico, provoca sérios transtornos;

REQUEIRO à Mesa, regimentalmente, oficie-se o exmo. sr. Secretário de Saúde Pública, solicitando à S. Exa. que se digne determinar a adoção das medidas necessárias para que o referido Posto de Saúde receba o equipamento e o pessoal necessários ao seu pronto e urgente funcionamento.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1971.

a) **Maurício Fruet**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao excelentíssimo sr. Ministro da Agricultura, no sentido de que seja colocado em

execução o Art. 21, inciso III e § 6.º da Constituição do Brasil, que isenta de Imposto Rural glebas rurais de área, não excedente a vinte e cinco hectares, quando as cultive, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1971.

a) **Domício Scaramella**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Casa, após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao excelentíssimo senhor governador Haroldo Leon Peres, para que solucione de imediato a situação dos pensionistas do Instituto de Previdência do Estado, que estão sem receber seus pagamentos.

A situação já está se tornando em calamidade, haja visto que aquele Instituto, apesar de já haver pago o mês de março, não o fez no mês de fevereiro, num verdadeiro desrespeito às leis vigentes e em prejuízo às pessoas que dependem exclusivamente daquelas pensões.

Afora isto, ressalte-se que o IPE está atrasado com os pagamentos referentes a abril, fato este que vem causando um mal-estar no seio da classe funcional aposentada, que após darem de si tudo durante seu tempo de serviço ativo às causas do Executivo, Legislativo e Judiciário agora não encontram amparo naquele órgão que tem a obrigação de zelar pelos seus direitos.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1971.

a) **Nivaldo Krüger**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Casa após ouvido o Plenário, seja enviada solicitação ao excelentíssimo senhor ministro Cirne Lima, da Agricultura, dia 31 ao nosso País, para tratar de problemas relativos ao comércio de carnes, seja extensivo, também, ao nosso Estado.

A citada missão comercial deverá visitar os Estados do Rio Grande do Sul e São Paulo, verificando nos frigoríficos locais o comércio daqueles produtos com o Japão.

Sendo também o Paraná um dos Estados em que a pecuária é uma das suas principais fontes de divisas, principalmente nos últimos anos, onde a mesma foi incrementada, não seria justo sermos olvidados neste momento.

Este parlamentar, solicita, outrossim, seja enviada cópia do teor deste Requerimento ao senhor Secretário de Agricultura, para que determine as providências necessárias, caso a medida se concretize, para o encontro da classe produtora paranaense com os enviados nipônicos.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1971.

a) **Nivaldo Krüger**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições legais, requer, após ouvido o Plenário seja endereçado ofício ao Presidente da TELEPAR, solicitando a extensão da rede telefônica ao município de Faxinal.

Trata-se de importante cidade agrícola, com excelente índice populacional, até agora não beneficiada com este sistema de comunicações.

Os moradores de Faxinal estão aguardando há vários anos a concretização da medida, porém, até agora não se tomou nenhuma providência visando o seu atendimento.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1971.

a) **Antônio Belinati**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao sr. Diretor-Geral do D.E.R. solicitando recapagem urgente na BR-369, no trecho Apucarana-Londrina.

Aquela importante rodovia está toda esburacada, o que já tem provocado graves acidentes, além de estar servindo para congestionamento do tráfego no mais movimentado trecho rodoviário do Norte do Paraná.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1971.

a) Antônio Belinati

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência, que determine a expedição de ofício ao excelentíssimo senhor Carlos Affonso Meisner Osório, digníssimo Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, solicitando suas providências no sentido de que sua Pasta realize demarches com o Ministério da Agricultura, objetivando a instalação, na cidade de Maringá, neste Estado, de um Centro de Análise e Conservação do Solo.

Esta solicitação prende-se aos problemas defrontados pela maioria dos agricultores daquela região do Nore do Estado que encontram sérias dificuldades para realizar exames em suas terras, pois tem de deslocar-se até a cidade de Londrina, onde o grande afluxo de pedidos desta natureza já tornaram aquele órgão pequeno e insuficiente para atender todos os casos.

A concretização de um convênio com este objetivo entre a Secretaria da Agricultura do Paraná e o Ministério da Agricultura proporcionará uma série de soluções para os agricultores da região de Maringá, incentivando, por outro lado, a maior produtividade daqueles setores agropecuários do Estado.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1971.

a) Alvaro Dias

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições legais, requer, após ouvido o Plenário, seja constituída uma Comissão especial de 3 Deputados, para consultar, pessoalmente, o Ministério da Justiça, sobre a legalidade ou não da proposta de reforma Constitucional encaminhada a esta Casa pelo Governo do Estado.

Nossa solicitação é motivada pelo disposto no Ato Complementar n.º 46, que mantém a organização administrativa e judiciária dos Estados e seus Municípios e do Distrito Federal, vigente a 31 de dezembro de 1968.

O mesmo Ato Complementar estabeleceu que nenhuma modificação poderá ser feita, na organização administrativa e judiciária sem prévia autorização do Presidente da República, ouvido o Ministério da Justiça.

Assim sendo, deliberamos submeter aos nobres Pares, o presente requerimento, para evitar que seja ferida a própria Constituição da República Federativa do Brasil, que diz em seu artigo 182: Continuam em vigor o Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, e os demais Atos posteriormente baixados. Portanto, não há dúvida da vigência do Ato Complementar n.º 46, pois o mesmo foi editado em data de 7 de fevereiro de 1969.

Entendendo que o Ministério da Justiça é o único capacitado para dissipar dúvidas, resolvemos apresentar o requerimento em questão.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1971.

a) Antônio Belinati

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a Mesa, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos de hoje de um profundo voto de pesar pelo falecimento do agente policial Leontino Campitelli, ocorrido em consequência de um acidente, quando foi atropelado por um Jipe na Rodovia do Café.

Outrossim, requer ainda da decisão da Casa, seja dado conhecimento à família enlutada, residente em Londrina, a Rua Ibiporã n.º 262.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1971.

a) Antônio Belinati

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

1.º — Considerando que a ilustrada Mensagem n.º 8-71, do Poder Executivo, a ser submetida ao processo legislativo desta Casa, entre as suas próprias razões, destaca que dois objetivos principais a ditaram a saber:

“a) adaptar o efetivamente a Constituição do Estado aos imperativos do Estado Supremo e, b) estabelecer as bases de uma reforma administrativa, necessária à maior eficiência e racionalidade dos encargos governamentais”;

2.º — Considerando que as alterações de conteúdo, furdadas em dispositivos constitucionais federais, dizem respeito aos artigos 23, 38, 41 e 98 do projeto de reforma constitucional, que implicam principalmente na reforma de atribuições do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas e da Assembleia Legislativa dependendo, conseqüentemente, de uma análise profunda de cada um desses compartimentos que integram o Poder;

3.º — Considerando que, segundo os judiciosos conceitos emitidos por Pontes de Miranda in “Comentários à Constituição de 1967, vol. I, pág. 5):

“Fêz-se cânon da crítica moderna ser-lhe indispensável a simpatia. Interpretando a lei não é só criticá-la: é inserir-se nela e fazê-la viver. A exigência, portanto, cresce de ponto, em se tratando de Constituição”;

4.º — Considerando que o mais amplo debate sobre matéria de tamanha importância, é preconizado por todos quantos emitem princípios disciplinares da feitura de leis democráticas;

5.º — Considerando que o projeto de reforma da Constituição não se ateve a tais princípios, naturalmente, por ser mais adequado ao debate a sua tramitação pelo Poder Legislativo;

6.º — Considerando, no entanto a exiguidade de tempo para o oferecimento de emendas e para a formação de conceitos em torno do Projeto em tela, notadamente às conclusões de maior interesse aos poderes não compreendidos no Legislativo e Executivo, cujos órgãos representativos podem se pronunciar com pleno conhecimento de causa;

7.º — Considerando, que é comum, sempre que se reforma ou se cria uma lei, fazer com que sejam ouvidas as entidades que representam o valor cultural do povo a quem se destina a mesma lei;

8.º — Considerando, afinal o alto grau de responsabilidade em que foi colocada esta Assembleia Legislativa, no encaminhamento de tão importante reforma, e, precipuamente, visando preservar esta Casa em suas melhores tradições de assecurada dedicação ao trabalho legislativo culto e proficiente de lealdade ao povo do Paraná.

Os Deputados infra assinados requerem à douta Mesa, que, com aprovação do Plenário, solicitem-se aos eminentes órgãos do Poder Público, a seguir indicados mediante ofício acompanhado de cópia autêntica da Mensagem enfocada, a opinião de cada um sobre o projeto englobado ou sobre o capítulo ou aparte que melhor aprover a cada um emitir seu valioso pro-

nunciamento, como subsídio à elaboração legislativa da matéria em estudo:

- a) Associação dos Magistrados do Paraná;
- b) Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do Paraná;
- c) Conselho do Ministério Público;
- d) Associação Comercial do Paraná.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1971.

aa) Antônio Belinati

Muggiati Filho

Alvaro Dias

Domício Scaramella

Sebastião Rodrigues Júnior

Hélio Manfrinato

Jorge Sato

Nivaldo Krüger

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no Artigo 20 da Constituição Estadual e no Artigo 92 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa Requer, respeitados os demais dispositivos legais que regem a matéria, seja convocado para prestar informações em Plenário desta Casa de Lei, o excelentíssimo senhor doutor Ary Ferraz de Carvalho, digníssimo Secretário de Estado dos Negócios do Interior de Justiça.

Caso seja o presente aprovado, Sua Excelência o senhor Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Justiça deverá responder, entre outros, os seguintes quesitos:

1 — A proposta de Emenda à Constituição Estadual, enviada a este Poder Legislativo pelo excelentíssimo senhor Governador do Estado pela Mensagem 8-71, de 20 de abril do corrente ano, foi elaborada por Comissão de Juristas, Advogados ou Constitucionalistas? Em caso positivo, quais os membros da Comissão?

2 — Para a elaboração da Mensagem e Emenda, foram ouvidos os três Poderes do Estado e Entidades representativas da vida econômica, cultural e social do Estado?

3 — Quais os fundamentos de ordem filosófico-jurídicos que norteiam as modificações propostas pela Emenda à Constituição Estadual?

4 — Quais as razões que levaram os autores ou o autor da proposta da Emenda a nela suprimir os parágrafos 6.º e 7.º do artigo 40, o item 4.º do artigo 21 e o item 7.º do artigo 58, todos da atual Constituição Estadual?

5 — Na elaboração da Emenda proposta, foi levado em consideração o que dispõe o Ato Complementar n. 46, de 7 de fevereiro de 1.969?

6 — Justificar as demais alterações propostas pela Emenda, em face dos postulados Democráticos e do princípio de independência e harmonia entre os Poderes do Estado.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1.971.

(a) Cândido Martins de Oliveira

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n. 61-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a doar ao Ginásio Leão XIII, um imóvel de propriedade do Estado, situado em Paranaguá, com as características que especifica.

Art. 1º. — Fica autorizado o Poder Executivo a doar ao Ginásio Leão XIII, um imóvel de propriedade do Estado situado na cidade de Paranaguá

e com as seguintes características: terreno de esquina de forma retangular medindo 50.00 metros de frente para a Auto-Estrada Curitiba-Paranaguá, perfazendo a área de 2.500.00 metros quadrados.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1.971.

(a) Antônio Costa

JUSTIFICATIVA:

A doação a que se refere o presente Projeto, vem a se constituir em uma aspiração de a muito do Ginásio Leão XIII, que de posse do referido imóvel poderá contribuir sobremaneira a melhoria do Ensino Médio em nosso Estado e em particular ao Ensino Médio no Município de Paranaguá, de vez que, neste local, seriam edificadas as suas dependências.

Projeto de Lei n. 62-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — De acôrdo com o que prevê o parágrafo único do artigo 21 da Constituição Estadual, fica o Poder Executivo autorizado a criar a Fundação do Cinema do Paraná — FUNCIPAR — de indeterminada duração, com sede e fôro na Capital do Estado.

Art. 2.º — A FUNCIPAR funcionará sob o regime de fundação, com autonomia administrativa, financeira e contábil, com personalidade jurídica própria, tendo por finalidade articular, orientar e promover o cinema no Paraná, no sentido de divulgação de fatos históricos do Estado, bem como assuntos econômico-sociais que a êle digam respeito.

Compete a FUNCIPAR:

a) — Financiar a confecção de películas de curta e longa-metragem que procurem divulgar os fatos históricos e de atualidades relacionados com o Estado do Paraná, em tôdas as suas dimensões;

b) — Manifestar-se também sobre a conveniência ou não de financiamentos a filmes que não estejam implicados no item anterior;

c) — Assessorar todos os interessados no ramo, através de assistência técnica ou didática, através de recursos ou outra modalidade de ensino;

d) — Criar uma Filмотeca que archive toda obra cinematográfica que a fundação tenha participado.

Art. 3.º — Através da Secretaria de Educação e Cultura, caberá dentro de 120 dias, regulamentar a presente Lei.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1971.

(a) Nivaldo Krüger

JUSTIFICATIVA:

Visa êste nosso Plano de Lei, antes de mais nada, procurar mostrar como é devido, o nosso Estado, além divisa.

O Paraná, apesar de sua pujança, quer aconômica, quer pulacional, continua a ser ainda um senhor ilustre desconhecido no contexto nacional.

A Bahia através de sua música sua história e seus literatos é figura de relêvo quando se fala sobre os Estados da Confederação.

Pernambuco, através de sua capital e de sua produção canavieira também não consegue ser olvidado, Santa Catarina é conhecida como o segundo Estado do País em produção industrial. O Rio Grande do Sul tem no gaúcho e no seu elemento, os pampas, o seu porta-estandarte. São Paulo tem a sua indústria a bandeira maior. A Guanabara praticamente sobrevive às custas do turismo. E o Paraná, o maior produtor de café do mundo, for-

jador das divisas externas que sustentam a Nação, continua a não existir por uma falta de maior divulgação.

Dos nossos forjadores, construtores de uma região que caminha para a liderança entre os Estados de todo País, talvez especializados do ramo e os pesquisadores, possam se autenticar como verdadeiros conhecedores de sua história. Nossos colégios, pouco tempo se dedicam a ensinar os nossos heróis paranaenses. Conta-se a história do Brasil e quando se acerca do Paraná, apenas uma breve pausa na sua fundação e feita.

Se perguntarmos a um estudante de nossa terra o que se passou no lendário "Cêrco da Lapa", êste apenas responderá que já o viu falar do assunto... A Conquista dos Campos de Guarapuava, é história somente reservada aos que procuram pesquisar a matéria. "Ciudad Guaíra", apenas veio a ser conhecida superficialmente, devido reportagem de um jornal da Capital.

A vida do Barão do Sêrro Azul, assassinado na estrada-de-ferro Curitiba-Paranaguá e a própria história desta ferrovia que custou inúmeras vidas humanas, pelo arrôjo de sua construção, já adentram pelos campos da lenda porque não se perpetuou nas escolas o seu ensino.

Enumerar mais ainda a nossa vida passada e seus feitos seria pura redundância e sua rememoração nada mais faria de que ecoar num pronunciamento estéril, natimorto, pelos que, na ânsia de governar pelo progresso, esquecem que os pioneiros forjadores dêste, estão esquecidos no limbo da ignorância consciente, pela falta de sua divulgação.

Propomos aqui, a criação de uma fundação de cinema, que visa, acima de tudo, salvaguardar o que temos de melhor: a nossa história.

McLuhan e outros pensadores, baseiam sua filosofia pela comunicação. O mundo vivo, neste final de século, a sua fase da comunicação.

E somente através da comunicação é que poderemos colocar o nosso Estado no lugar merecedor de destaque, e somente com ela será possível mostrar ao paranaense como foi, como é e como poderá ser o Paraná.

Juntamente com a televisão e os periódicos é o cinema a base de comunicação. É juntamente, através dêste recurso que o govêrno federal vem procurando mostrar as suas conquistas nos diversos campos a que se propôs. É através da película que todo brasileiro está sabendo como será a Transamazônica, obra redentora da região Norte do País. É também através do filme que se mostra quantos irmãos analfabetos temos e como devemos combater os tóxicos.

O Paraná precisa passar para o celulóide a sua história. Mas todos nós sabemos quanto isso custa, para deixarmos em mãos particulares a conquista de nossos feitos. Cinema é arte altamente dispendiosa. Afóra alguns abnegados que procuraram adentrar neste ramo, abnegados êstes que se pode contar nos dedos de uma só mão, nada de positivo foi feito pelos detentores do poder.

Talvez os senhores deputados não tenham idéia do fato, mas neste momento em que o nosso cinema passa do artesato assistemático para uma indústria organizada o peso das pressões procura sufocar esta idade maior.

O Govêrno federal procurou por a casa em ordem, modificando a orientação do Instituto Nacional do Cinema, nosso órgão maior no ramo, criando a Embrefilme.

Esta empresa, de capital misto, financia a produção de filmes e promete a divulgação de nossas películas no exterior.

Mas o problema interno ainda não foi resolvido. Somos o 2.º País do mundo em importação de filmes, perdendo apenas para Singapura. A maior parte destes são filmes de baixa qualidade no seu nível artístico. E os bons nada nos dizem respeito e qualquer relação, exceção à financeira, tem com nosso País.

Isto está provocando a subversão do conceito de nacionalidade de nossos jovens. Hoje em dia qualquer criança brasileira sabe de cor a vida de

um general Custer, de uma Bufalo-Bill, dos irmãos Jesse-James, ou mesmo de um Guilherme Tell. Mas poucos, muito poucos sabem da existência de um Felipe Camarão, de um Borba Gato ou de um Bartolomeu de Gusmão.

E por que esta subversão? Simplesmente porque em aproximadamente 60 anos de existência, o cinema nacional apenas produziu mil filmes.

Em 1968, entrarem em nosso País, cerca de 471 películas, números este que aumentou no ano seguinte para 666 e no ano que passou para mais de 700 filmes.

Temos no País 240 milhões de espectadores, índice superior à Inglaterra e à França, com 53,5 milhões de cadeiras disponíveis a este mesmo público, e precisamos aproveitar as mesmas com filmes alicerçados em nossa história. Daí a razão de nosso Plano de Lei. É o auxílio aos cineastas paranaenses ou aos que aqui queiram fazer seus filmes. O alto custo deste ramo de comunicação, teria na Funcipar o canalizador para a concretização desta tarefa.

O pararismo está bancarota, porque não se ensina a nossa história. E qual o melhor meio, senão o cinema?

Quando se vê a divulgação de feitos governamentais através de jornais e TVs, custar o seu peso em ouro, temos certeza de que os fatos históricos paranaenses também merecerão um cuidado especial pelo qual temos certeza da aprovação deste nosso projeto.

Projeto de Lei n. 63-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 10. — Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no cargo de Agente Fazendário nível 20 do Departamento de Rendas Internas da Secretaria dos Negócios da Fazenda, os atuais Despachantes Oficiais do Estado junto às Estações Férreas da R.V.P.S.C. (Rêde Viação Paraná-Santa Catarina-RFF), titulados há mais de vinte (20) anos pelo Governo do Estado do Paraná.

Parágrafo 10. — Os benefícios com o presente Artigo tomarão posse dentro de trinta (30) dias, apresentando o primitivo título de nomeação, devidamente registrado.

Parágrafo 2.º — Para efeito de contagem-de-tempo de serviço e para todos os efeitos legais, os beneficiados requererão junto ao órgão fazendário com as provas de efetivo serviço na função de Despachantes.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) Antônio Belinati

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto objetiva corrigir uma injustiça contra o Despachantes Oficiais do Estado, que são autênticos Agentes. Arrecadores do Estado junto às estações férreas. Em tais locais, nas ocasiões das safras, os seus despachos, anualmente, carregam para os cofres do Estado, cifras apreciáveis. Funcionando, também, contra a sonegação, estes Despachantes se desdobram em esforços, madrugada à dentro, verificando pesos, qualidades etc. das mercadorias a serem exportadas. Titulados desde 1940, em número reduzido de despachantes hoje estão impossibilitados de prestar concurso público, pois ultrapassaram a idade limite. Daí esta iniciativa amparando-os.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Esta Presidência, antes de conceder a palavra ao primeiro orador inscrito, a pedido do exmo. sr. Governador do Estado, tem a honra de convidar todos os srs. Deputados da Arena e do MDB para o jantar comemorativo pela ascensão do exmo. sr. general Airton Pereira Tourinho ao cargo de Comandante da 5a. Região Militar, a realizar-se amanhã, às 20,30 horas, no Palácio Iguazu.

Os Deputados deverão se fazer acompanhar pelas excelentíssimas espô-sas.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, sr. deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente e srs. Deputados.

A atual constituição do Estado do Paraná, adaptada à Constituição de 1.967 e à posterior emenda do comando revolucionário n. 1, antes de ser enviada a sua proposta a esta Casa de Leis, teve um estudo acurado e demorado por parte de uma comissão designada pelo então chefe do Poder Executivo, Governador Paulo Pimentel; através de Decretos, S. Exa., naquela ocasião, compôs uma comissão da qual faziam parte o desembargador Munhoz de Mello, o desembargador Ary Florência Guimarães, e o advogado Ronald Aciolly Costa. Durante vários dias e alguns meses, esta comissão ouviu, dialogou e debateu com várias entidades de classes representativas da vida econômico-social e cultural do Estado do Paraná, a Associação dos Professores, o Poder Judiciário, o Poder Legislativo, entidades sindicais que congregam e congregavam trabalhadores, e as classes patronais, tivemos a oportunidade de ver emitir a sua opinião a respeito do texto constitucional a ser enviado a esta Casa de Lei.

Estamos hoje nesta Assembléia, diante, praticamente, de uma nova constituição, pois aquilo que se chama juridicamente de emenda, na verdade significa e representa, pelas alterações profundas que vem trazendo à vida constitucional e administrativa do Estado, uma nova constituição.

E ela chega a este Poder, sem que os srs. Deputados que têm assento neste Plenário, saibam exatamente das suas origens, da sua filosofia, daquilo que ela deseja em profundidade, e daquilo que ela quer imprimir como orientação de direito administrativo à vida paranaense. É uma Constituição praticamente sem paternidade, pois não sabemos quais foram e quem são os seus pais: veio assinada pelo sr. Governador Haroldo Leon Peres, mas evidentemente S. Exa., ao elaborar o texto da emenda, deve ter ouvido os seus assessores, os seus juristas, os seus auxiliares. Apenas quando soubermos o nome e a posição jurídico-filosófica destes auxiliares, é que poderemos, com propriedade avaliar exatamente o que deseja esta Constituição.

Veio, como eu disse, a esta Assembléia, sem pai e sem mãe, esta emenda, para que os Deputados a adotassem, como alguém que adota um filho expúrio, cuja ascendência se desconhece. E, alguém o adotando, se torna responsável perante a sociedade, pela educação deste filho; pela manutenção desta criança é o caso desta Emenda; desconhecemos a sua paternidade; teremos de votá-la, provavelmente aprovando-a, e nos responsabilizamos como representantes do povo e homens de responsabilidade, por uma criança que não conhecemos. Porque emenda constitucional, cuja origem é desconhecida, porque dispositivo que flagrantemente contraria dispositivos da Constituição Federal, apesar de, na sua mensagem, o sr. Governador informar que deseja apenas e tão somente adaptar a Constituição do Estado, aos ditames da Constituição Federal.

Vai daz, sr. Presidente, srs. Deputados, o requerimento que hoje apresento a esta Casa de Leis, e que será submetido à apreciação deste Plenário de que esta Assembléia democraticamente...

O SR. PRESIDENTE — A Presidência comunica ao orador que falta um minuto para terminar o seu tempo.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Obrigado, sr. Presidente. Esta Assembléia convoca S. Exa., o sr. Secretário do Interior e Justiça, sr. Rui Ferraz de Carvalho, para que venha ao Plenário desta Casa, expor pontos obscuros da emenda constitucional; debater, se possível, com os Deputados desta Assembléia, os pontos que entendemos obscuros, mas,

quem sabe, com Assembléia, os pontos que entendemos obscuros mas, quem sabe, com as suas luzes de jurisconsulto emérito, venham a se tornam claros para os representantes do povo do Estado do Paraná. Longe de mim desejar colocar quem quer que seja em situação difícil. Fiz êste requerimento apenas cumprindo ditames da minha consciência. Deseja o diálogo, o debate em torno de uma lei fundamental que, no meu entender, e no entender de muitos estudiosos de direito constitucional, é uma emenda que não se enquadra integralmente dentro dos dispositivos da Constituição Federal. E o que é pior, quer tirar estatuto conquistado por categoria de funcionário público do Paraná, conquistado depois de muitos anos de luta, depois de muitos anos de debates, como é o caso da autonomia do Ministério Público.

Era o que tinha a dizer, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado, Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Vamos apresentar à apreciação de V. Exa., um requerimento, ao qual pedimos aos srs. Deputados um exame acurado e profundo, pois o mesmo reveste-se de características importantíssimas, pelo seu signatário incomum.

Êste Requerimento que passo a ler e solicito especial atenção dos srs. Deputados, porque rejeitá-lo e rechaçá-lo, implicará num aviltamento ao Poder Judiciário.

(Lendo):

“Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja sustada por 8 (oito) sessões, a tramitação regimental do Projeto de Lei que dispõe sobre Emendas à Constituição do Estado, para que, sobre o mesmo, fale e opine o Egrégio Tribunal de Justiça por consulta oficial desta Casa, já que ao Poder Judiciário interessam e afetam várias alterações constitucionais propostas.

A justificativa desta medida, é a própria necessidade de preservação da harmonia de Poderes, para cujo acautelamento não deve esta Casa prescindir da audiência do Judiciário sobre a matéria, desde que contém proposições que interessam à administração e à própria organização judiciária.

A manifestação da mais alta Côrte do Estado, por outro lado, ilustraria a votação das Emendas Constitucionais, por esta Casa, graças ao exame em profundidade dos méritos jurídicos das reformas pretendidas no âmbito judiciário.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1971.

Sr. Presidente, srs. Deputados.

Êste é o requerimento, como disse e quero repetir, data vênha o que Vs. Exias. possa imaginar, e que irão analisar de acôrdo com suas consciências, mas quero que o máximo carinho seja dispensado a esta proposição, para que impere a harmonia entre os Poderes constituídos do Estado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao deputado Maurício Fruet, terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, srs. Deputados.

O nosso objetivo, ao iniciarmos estas considerações no Pequeno Expediente, é elogiar S. Exa. o sr. Governador do Estado, por medida adotada no decorrer da última semana, criando uma Comissão sob a Presidência do sr. Secretário da Agricultura, Carlos Afonso Meissner Osório, e com a participação do sr. Luiz Armando Linhares Garcêz, presidente da URBS; Lubomir Ficinski Dunin, presidente do IPUC; Anyro de Araújo Jorge, presidente do BADEP e Percy Ronaldo Blitskow, chefe do Departamento de Ope-

rações Agrícolas do BADEP, para, sob a presidência do primeiro, comporem a comissão encarregada dos trabalhos de implantação da Central de Abastecimento de Curitiba.

A medida é da maior importância e, inclusive, como é de conhecimento público, há muito tempo este Deputado, na função de Vereador do município de Curitiba, apresentava uma série de sugestões, e mesmo Projeto para implantar o Centro de Abastecimento na Capital do Estado. Com isto haverá maior facilidade aos lavradores do Município, que compõem a região metropolitana da Capital do Estado, e dos lavradores do interior que terão local onde poderão colocar o produto e, consequentemente, haverá um barateamento no custo do produto agrícola, porque será evitada a figura sempre prejudicial dos atravessadores que adquirem a mercadoria a preços baixos dos lavradores e vendem com lucros fabulosos, em detrimento das populações do centro. A Central de Abastecimento será uma grande conquista, uma grande vitória para a Capital e para todo o Estado do Paraná.

Hoje apresentamos em forma de sugestão a S. Exa. o sr. Governador do Estado, a criação da Superintendência da região metropolitana de Curitiba, e o objetivo desta sugestão prende-se ao fato de que os problemas da região metropolitana de Curitiba são comuns, e, em consequência, se não existir um órgão que possa, em conjunto, examinar os problemas e propor soluções, não haverá possibilidade alguma de se encontrar a pretendida solução a que já aludimos.

Temos a certeza de que S. Exa., agindo da mesma forma como agiu na última semana, criando esta comissão especial, adotará também a nova sugestão que hoje propusemos, porque, após aproximadamente quatro anos de discussão, de lutas e intervenção indebita de municípios na grande Capital paulista na região metropolitana da São Paulo, finalmente o governo daquele Estado criou uma superintendência nos moldes da que propomos agora ser criada no Estado do Paraná.

Agradeço ao ínclito Presidente e aos srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Antônio Belinati, quarto orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Tivemos a honra de encaminhar à apreciação dos ilustres Pares uma solicitação para que esta Casa de Leis antes de aprovar "a toque de caixa" como a imprensa já noticiou, a nova Constituição do Estado do Paraná, possa ouvir a opinião do Ministério da Justiça.

No nosso entendimento, sr. Presidente, srs. Deputados, o sr. Governador do Estado está procedendo de maneira ilegal ao submeter à Assembleia Legislativa uma mensagem que, entre outras coisas, é também uma reforma administrativa, criando a Secretaria da Justiça, criando órgão paralelo ao Tribunal de Contas. E nós vemos, srs. Deputados, no Ato Complementar n. 46, em seu artigo 1.º: "Fica mantida a organização administrativa e judiciária dos Estados e seus municípios, e do Distrito Federal, vigentes a 31-12-68". E seu § único diz: "Nenhuma modificação poderá ser feita ao que se refere este artigo sem prévia autorização do sr. Presidente da República, ouvido o Ministério da Justiça".

Srs. Deputados, este Ato Complementar n. 46 foi editado no governo Costa e Silva, em 29-1-69, e está em pleno vigor, porque vamos encontrar na Constituição do Brasil, em seu artigo 182, a validade para este Ato. Diz o artigo 182 da Constituição do Brasil: "Continua em vigor o Ato Constitucional n. 5, de 13-1-68 e os demais atos posteriormente baixados".

Portanto, srs. Deputados, o sr. Leon Peres não tem recursos de ordem legal para proceder à reforma constitucional, pois entendemos que ninguém tem poderes superiores à Constituição do Brasil e mesmo ao Ato Complementar n. 46, que proíbe, terminantemente, qualquer reforma adminis.

trativa e judiciária sem a prévia anuência do Presidente da República, ouvido o Ministério da Justiça.

Além do mais, sr. Presidente, srs. Deputados, vemos uma reforma que traz coisas prejudiciais para o funcionalismo público do Estado do Paraná e para os Podêres Constituídos do Paraná. Vemos o próprio artigo 64, que foi abolido na nova Constituição do Paraná, pelo governo Leon Peres, que isentava de novos concursos os funcionários estáveis, após dois anos de serviço.

Vemos o artigo 160, criando o regime jurídico dos professores suplementarista, também esquecido por S. Exa., o sr. Leon Peres.

E assim sendo, sr. Presidente, ilustres srs. Deputados, quando vemos um Ato Complementar, de n. 46, proibindo uma reforma administrativa, nós vemos que o governo do sr. Haroldo Leon Peres, está muito mal assessorado, pois não podia, em momento algum, trazer uma nova Carta à apreciação da Assembléia Legislativa, uma Carta que fere dispositivos da própria Constituição do Brasil, e ainda mais, sr. Presidente, ilustres Deputados, nós vemos que a Constituição do Brasil fala até em intervenção nos Estados que não respeitarem a autonomia dos demais Poderes. Nós vemos o artigo 10 que fala até mesmo em intervenção federal nos Estados onde não se assegurar o livre exercício de qualquer dos poderes estaduais, nos Estados onde não se der condições de independência e harmonia dos poderes e garantias ao Poder Judiciário.

Sr. Presidente, srs. Deputados, atendendo a existência desta Lei Maior, que não pode passar despercebida por esta Casa de Leis, nós estamos apelando para que este Poder Legislativo, para que ele possa, numa verdadeira demonstração de respeito às leis superiores do país, antes de dar a aprovação tão exigida pelo Governador Leon Peres, ouvir primeiro o Ministério da Justiça, sôbe a legalidade ou não dessa proposta constitucional. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Rosário Pitelli, quinto orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ROSARIO PITELLI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

O Instituto Brasileiro do Café, através do seu órgão competente, vem incentivando o plantio de novas lavouras cafeeiras. Isso, sem dúvida nenhuma, constitui para nós, principalmente para o Paraná, um extraordinário incentivo, que vem fazer com que este Paraná volte a ser o que era antes. É uma das medidas que nós reputamos das mais salutares, razão por que deve merecer nosso apoio e incentivo.

Entretanto, sr. Presidente, todo esse programa do Instituto Brasileiro do Café, não trouxe ainda o plantio necessário, ou seja, o número de pés de café que o próprio IBC desejava. Falta tempo, para que os lavradores possam plantar seu café. Muitos contratos já foram feitos e, agora, é o próprio Instituto Brasileiro do Café, através de sua agência de Londrina, que faz chegar a todos os contratantes uma circular, dizendo que o prazo será improrrogável, e que o café que não fôr plantado até o dia 31 de julho, será cancelado seu contrato.

Sr. Presidente, é de grande importância a renovação da lavoura cafeeira do Paraná. O tempo, a falta de chuvas, contribuíram para que as lavouras não fossem renovadas em tempo necessário. E agora, com a entrada do frio, maior perigo inda constitui para que se plante este café.

O ilustre deputado Antônio Maciel, que fêr parte da Comissão desta Casa que esteve no Congresso Nacional do Café, em Vitória, fêz chegar àquele Congresso, ao conhecimento dos Congressistas, a necessidade da prorrogação do prazo para o plantio do café.

Nestas condições, sr. Presidente, tenho a honra de submeter à apreciação da Casa um requerimento do seguinte teor: (Lendo):

“Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, no uso de suas atribuições, e na forma do Regimento Interno requer:

1.o) — Seja enviado ao Presidente do Instituto Brasileiro do Café, ofício sugerindo a prorrogação do prazo para o plantio do café, por meio de mudas, para 31 de dezembro.

2.o) — que os contratos já assinados e vencíveis em 31 de julho do corrente ano tenham sua prorrogação para 31 de dezembro, desde que os contratantes estejam cumprindo os compromissos assumidos, isto é, formando viveiros, ou apresentado contrato de compra de mudas.

3.o) — que a comissão que vai entrevistar-se com o Presidente do IBC, composta dos deputados Antônio Maciel, Pinto Dias e Álvaro Dias, leve em mãos a decisão desta Casa.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1971.

(a) Rosário Pitelli.

JUSTIFICATIVA:

O plantio de mudas de café no Paraná, durante o período até julho é, segundo a opinião geral dos agricultores, totalmente inseguro, visto tratar-se de época onde o frio é intenso. O inverno, por menos rigoroso que seja, pode prejudicar totalmente a muda recém-plantada. Houve um atraso no plantio até agora, em virtude de prolongada estiagem. Havendo a prorrogação até o fim do ano, o lavrador fará sua plantação em época de chuvas, o que lhe assegurará um aproveitamento total de seu trabalho. Achamos por outro lado que o IBC deverá fazer uma fiscalização rigorosa para que o financiamento oferecido ao cafeicultor seja totalmente investido na lavoura, evitando possíveis desvios”.

Ê este o requerimento que temos a honra de encaminhar à Casa para que seja aprovado e, se aprovado, seja levado às mãos da Direção do IBC, através da Comissão desta Casa.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedendo a palavra ao primeiro orador inscrito, sr. deputado João Mansur.

O SR. JOAO MANSUR — Sr. Presidente, srs. Deputados.

O Paraná teve, na segunda-feira, a satisfação de receber a visita ilustre do Exmo. Sr. Presidente da República, Gal. Emílio Garrastazu Médici que veio ao Paraná, mais uma vez, nas mesmas condições em que foi a outros Estados da Federação brasileira. Sem promoção, sem festas, aqui esteve o primeiro mandatário da nação, para entregar à região sul do nosso país uma estrada pavimentada. Nesta oportunidade seria desnecessário dizer a esta Casa os benefícios que esta estrada irá fazer à região que compreende os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ela vinha sendo reclamada há muitos anos, e segunda-feira tivemos a satisfação de ver concretizada esta velha aspiração do sul do Brasil. O terceiro Governo da Revolução veio, no cumprimento do seu dever, dar ao povo brasileiro a dimensão exata daquilo que é capaz de realizar um homem imbuído dos propósitos do Gal. Emílio Garrastazu Médici, que é o de trazer a paz e a tranqüilidade ao povo brasileiro, que é o de promover o desenvolvimento de nosso país, e que é o de fazer com que o nosso país saia do seu estado de sub-desenvolvimento e passe a se integrar junto às grandes nações do Universo.

Não poderíamos, nesta oportunidade, deixar de registrar a passagem de S. Exa., quando veio prestigiar o nosso Estado e trazer ao povo paranaense a esperança de que o Governo Federal estará presente na atual administração, dando ao Governo Haroldo Leon Peres o apoio indispensável de que êle necessita para bem governar o nosso Estado, para fazer uma ad-

ministração que o credencie junto à opinião pública do Paraná. Nós que já, desta tribuna, tivemos a oportunidade de denunciar que embora não tendo sido eleito pelo voto popular, pretende o Governador Haroldo Leon Peres, através de uma administração que há de marcar época em nosso Estado, sair no final do seu mandato, carregado, tenho certeza, nos braços do povo paranaense. Mas, sr. Presidente, srs. Deputados, outro assunto que me traz a esta tribuna, é submeter aos srs. Deputados um requerimento de nossa autoria. Pretendemos oferecer à consideração desta Casa um Projeto de Lei que isentasse do Imposto de Circulação os criadores de puros sangue do nosso Estado. Infelizmente, aquela nossa proposição não tinha amparo constitucional, razão porque entendemos que, através deste requerimento, se apoiado por esta Casa, nós haveremos de consolidar as autoridades do nosso país, no sentido de vir ao encontro de uma classe que, no nosso entender, vem lutando com grandes dificuldades; que, se não contar com o amparo das autoridades do nosso Estado e do país, por certo muitos deles desistirão. Razão porque eu tenha a satisfação de levar ao conhecimento dos srs. Deputados e, ao mesmo tempo, pedir o apoio desta Casa. O nosso requerimento está vasado nos seguintes termos: (Lendo):

“Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, nos termos regimentais e ouvido o Plenário, requer seja formulado um apêlo aos Excelentíssimos Senhores Ministro da Fazenda, Ministro da Agricultura e do Comércio e Governador do Estado, no sentido de ser celebrado, pelos Estados da Federação que compõem o Extremo Sul, convênio tendente a isentar do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM), nas saídas de estabelecimentos produtores, na venda de animais puros de origem, devidamente registrados nos órgãos competentes, cuja isenção poderá ser restrita aos estabelecimentos que sejam assistidos por médicos veterinários, e, ainda, obedecidas as seguintes normas:

- a) — a isenção deverá ser declarada em guia especial, da qual constarão todos os elementos necessários à identificação do animal;
- b) — o transporte do animal de um local para outro deverá estar acobertado pela guia referida, acompanhada da ficha ou do cartão de identificação fornecido pelo órgão competente;
- c) — da ficha ou do cartão de identificação devem constar as seguintes indicações: nome, idade, filiação e demais características do animal e número do registro no órgão competente;
- d) — remissão dos débitos porventura existentes na data do convênio a ser firmado, e revogação da cláusula 5.a do Convênio celebrado na cidade do Rio de Janeiro, nos dias 18 e 19 de março de 1968.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1971.

João Mansur.

JUSTIFICAÇÃO

A promoção do turfe é conveniente ao Estado, porque é produtiva e, atividade desportiva universal, gera o turismo, dá divisas e opera o convívio social das massas e das elites. Países de economia poderosa, como os Estados Unidos da América do Norte, a Inglaterra e a França, mais recentemente a Austrália e o Japão, sustentam a evolução do seu turfe, na base de uma legislação compreensiva, que se estende também à criação de Puro Sangue de corrida, que é o apoio e a vitalidade permanente dos hipódromos. Até mesmo em nosso País, recentemente, o Presidente da República sancionou dispositivo de lei oriundo do Ministério da Agricultura, dando regulamentação fiscal mais atenuada aos impostos e taxas que recaem sobre os hipódromos brasileiros, estimulando assim o turfe nacional e dando novas perspectivas à criação. Na Inglaterra e sobretudo nos Estados Unidos da América do Norte, o governo incentiva os criadores oferecendo até prêmios fiscais, em dadas circunstâncias, no pagamento do Imposto de Renda.

A aferição do mérito e valimento do cavalo, nos meios de elevage elevada e avançada, é diferente do anteriormente admitido, "Hoje, o cavalo Puro-Sangue tem outro valor. Valor-divisa ou valor-ouro, representado pela exportação e pela venda de coberturas. Valor-espetáculo, de importância para o turismo, quer externo, quer interno. Valor-propaganda, em vantagem de renome do país criador. Valor-indústria, que decorre dos campos de criação, onde os reprodutores e matrizes podem ser considerados a matéria prima, e os potros produtos acabados (se vendidos ao ano e meio) ou semi-acabados (se vendidos após o desmame); sem falar no consumo de cereais, leguminosas, medicamento de trabalho, etc. Valor social ou valor-trabalho, para dezenas de milhares de famílias que, radicadas nos campos de criação ou nos hipódromos, integram fabuloso mercado de atividade que se espalha por todo o Brasil".

Acontece que ainda não chegamos a um ponto de aprimoramento capaz de um julgamento de nosso valor criacional em identidade aos padrões internacionais mais elevados. A criação do puro sangue de corridas é uma atividade delicada, obra de muitas décadas, até de séculos, que exige permanente assistência de seus responsáveis, que obriga o emprêgo de méritos, esforço e trabalho contínuo de pessoas habilitadas, e que oferece, a longo prazo, manancial enorme ao progresso econômico do País, se o seu desenvolvimento não fôr asfixiado por distorção e desestímulos fiscais.

Não seria exceção e também não se constituiria impropriedade do Estado, desobrigar o criador paranaense das imposições da Lei referida neste Projeto, pois é sábio o conceito de que melhores advirão da criação quando ela puder operar, pela exportação de produtos no país nascido (o que já se inicia auspiciosamente), um novo crédito de divisas estrangeiras a enriquecer o nosso progresso econômico. Novo ônus fiscal geraria o retraimento das Vocações, no seio dos que se dedicam à criação de cavalos de corrida. Já por si tão difícil, com lucros inexistentes ou tão reduzidos que os campos criacionais paranaenses diminuem a cada dia que passa (no ano que transcorre, ainda no início 8 (oito) horas se extinguíram, o que é uma lástima, porque os campos do Paraná são considerados de primeira ordem para o mister da criação, pois o sul brasileiro, das divisas paranaenses ao Rio Grande do Sul, é cognominado a Normandie de nosso País (região de França cujo clima e fertilidade das terras é a escolhida para a elevage francesa) haja visto o sucesso dos parelheiros, aqui nascidos, nas competições clássicas dos hipódromos da Gávea e Cidade Jardim, os dois maiores parques de carreira do Brasil. Lástima porque a criação de cavalo puro sangue de corrida é uma atividade de notável importância econômica nos países mais adiantados, e será futuramente no nosso, a seleção permanente dos produtos operando a valorização do cavalo, internacionalizando-o. Ao Governo cabe, portanto, como fez o seu tempo o inesquecível Governador Manoel Ribas, promover a criação e consequentemente o turfe paranaense, no presente momento da elevage indígena, extinguindo esse pesado que desestimula as vocações.

Pouco vale "o quantum" a arrecadas anualmente (cerca de oitenta mil cruzeiros) pela Fazenda Estadual, face ao muito que o progresso da criação e do turfe do Paraná poderão dar para o desenvolvimento das atividades econômicas, sociais e desportivas de nossa terra.

Sobre o conceito de governos de países onde o turfe e a criação por eles são amparados, disse um dia eminente autoridade na matéria: "É indiscutível que o homem criou, cujo interesse desportivo, de espetáculo, de comparação internacional, materializou-se numa gravitação econômica crescente, traduzindo-se seu adequado aproveitamento em novas riquezas, maiores recursos para o Estado e em obra social cada vez mais útil e necessária".

A criação e o turfe do Paraná estão a solicitar a ajuda do governo, e é justo que o governo os ouça e os ampare, para dar desenvolvimento cres-

cente a uma atividade original, diferente, sem alicerces de caráter estritamente comercial e que poderá se tornar, no futuro, por caminhos indiretos, em fonte permanente de riquezas para o Estado”.

Eram estas, sr. Presidente, as condições que pretendíamos trazer ao conhecimento dos senhores, a fim de justificarmos nosso Requerimento, para o qual pedimos a atenção e o apoio de toda esta Casa, no sentido de fazer chegar às autoridades responsáveis do nosso País, e dar aos criadores paranaenses, este amparo tão necessário de que eles necessitam para poder continuar a enriquecer o nosso Estado e o nosso País.

Era o que tinha a dizer. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Concedo a palavra aos srs. deputados Borsari Neto, Fabiano Braga Côrtes, Pinto Dias, Lázaro Dumont, João Fadel, Rosário Pitelli, Odilon Reinhardt, Armando Queiroz, Cândido Martins de Oliveira Nelson Buffara, Antônio Belinati, Wilson Brandão, Xenofonte Villanueva, Ivo Tomazoni e Paulo Poli, que declinam da mesma).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Nivaldo Krüger, inscrito para o Grande Expediente.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, srs. Deputados, o grande Expediente de hoje trouxe uma novidade. Muitos inscritos, mas os senhores Deputados, declinando do uso da tribuna, demonstraram que certamente estão preparando melhor a matéria para um pronunciamento de maior profundidade.

Não havendo previsto apresentar, através desta inscrição, matéria de grande importância, tratada já na Comissão de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná, por nós integrada e por outros ilustres Deputados, quero valer-me da improvisação desta oportunidade para um assunto que me parece de grande importância. No dia 31 de maio virá ao Brasil uma Comissão especial, uma Delegação especial para tratar com o nosso país da importação da carne, especialmente. Essa missão japonesa tem a finalidade de trazer para o Brasil a oportunidade de realizar, o nosso País, grande produtor de carne, um grande importância e reveste-se de particularidades interessantes para as quais desejo chamar a atenção da Casa e do meu Estado.

Ampliam-se as áreas de criação de gado bovino no interior de nosso País; abrem-se grandes áreas de criação em vários Estados: Mato Grosso, Goiás, Pará, Amazonas e, no Paraná inteiro, amplia-se, grandemente, a pecuária de corte, contribuindo para a riqueza da nação de maneira muito acentuada.

Há um excedente de carne em nosso País. Um excedente que está sendo, mais ou menos reprimido pela política governamental, no sentido de conter a produção de um lado e, por incrível que pareça, de outro lado ampliam-se as áreas de produção, com o sentido de oferecer ao mercado interno o produto por um preço mais baixo.

No entanto, vemos que quando um produto não se equilibra nos seus custos operacionais, possibilitando às fontes produtores e às fontes de produtos industrializados a manutenção, há um desestímulo evidente e prejudicial na atividade.

Assim é, que estamos vivendo esse paradoxo curioso: temos carne, não exportamos carne; temos mercado consumidor, não consumimos carne. É um paradoxo interessante e vale a pena um estudo profundo em toda essa questão. Amplia-se a produtividade amplia-se através do sistema Voissam, por exemplo, cujo índice de produtividade é altamente lucrativo para o criador. Entretanto, o nosso País não tem adotado uma política de exportação de carne agressiva, como seria de se esperar.

Sabemos que há deficiência de calorias em nosso País e no mundo todo; dois terços da humanidade tem necessidade de calorias, mas não tem

poder aquisitivo para comprar carne. E isso está modificando o interesse de consumo de nosso produto. Exportamos cereais que vão produzir carne no estrangeiro, cuja carne concorre com a do Brasil. Isto é mais que paradoxal. O mercado interno, reduzido de poder aquisitivo, aparece com um potencial magnífico de produção. Entretanto, esse consumo está ao alcance de uma faixa muito estreita da população brasileira.

O consumo da carne atinge, segundo estudos da Fundação Getúlio Vargas, uma faixa de apenas um terço da população, que tem carne uma vez sim, outra não, em suas mesas; nos grandes centros, dado o alto custo do produto na forma como se apresenta no mercado.

O Sr. Sebastião Rodrigues. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, V. Exa. aborda, dessa tribuna, um assunto muito sério e que deve preocupar a todos.

Na verdade, o nosso País, em termos de exportação de bovinos, tem tido imensas dificuldades em concorrer com os rebanhos dos países vizinhos, sobretudo o Uruguai e a Argentina. Chega-se ao absurdo de nosso gado tipo exportação, criado no Rio Grande do Sul, ter que ser aproveitado no mercado interno como charque. E isto se deve, em grande parte, a um problema, ao problema que V. Exa. se refere, neste momento. É a vinculação de uma técnica inferior na produção dos rebanhos.

De fato, esse assunto que V. Exa. aborda, merece estudos profundos, porque vem se refletindo negativamente na economia dos estados sulinos, sobretudo o Estado do Rio Grande do Sul, que vê seus rebanhos, aquilo que era para ser fonte de divisas para o Estado gaúcho, ter de ser consumido no mercado interno, como charque, pelos Estados do Nordeste, atingindo, portanto, preço de consumo bem inferior ao que estava destinado no mercado de exportação.

Merece estudos sérios e profundos esse assunto, e cumprimento V. Exa. por havê-lo trazido a esta Casa, nesta tarde.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço a V. Exa., que lembrou bem o problema do Rio Grande do Sul, pois é exatamente neste instante que o Rio Grande do Sul vem pressionando o governo federal, para que aumente a cota de 30 mil para 70 mil toneladas, portanto, 130% além do que realmente vem exportando.

Isso é importantíssimo para o Brasil; isto é de um valor extraordinário para o comércio exterior de nosso País.

Agora, srs. Deputados, o que é grave, o que é surpreendente, o que é inaceitável, é que nosso Estado esteja omissa neste quadro. Que o nosso Estado tenha sido simplesmente omitido pelas autoridades, tanto estaduais como federais; no momento em que a missão nipônica, necessitando desse produto como nós necessitamos de petróleo, vem ao Brasil, programa-se uma visita para a Missão Nipônica neste País, e não se inclui o Estado do Paraná. Posso atribuir a razão disso, pelo fato, tendo como base o programa da missão; ela irá a São Paulo e de São Paulo irá ao Rio Grande do Sul. Não visitará o Paraná e não visitará Santa Catarina. É incompreensível, pois o Paraná não tem um Ministro da Fazenda que é de São Paulo e não tem um ministro de Agricultura, que é do Rio Grande do Sul.

O Sr. Antônio Maciel — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, talvez o Paraná não esteja incluído, nesta oportunidade, para ser visitado pela Missão Nipônica que pretende comprar a carne, porque V. Exa. sabe que o mercado internacional de carne só compra carne de onde há combate à febre aftosa. E o Paraná, somente agora, no governo Haroldo Leon Peres, assinou, há poucos dias, um Convênio com o Ministério da Agricultura, que deverá iniciar o combate à febre aftosa, fazendo a vacinação sistemática. Mercado nenhum, internacional, compra carne se não houver um programa de eliminação da febre aftosa.

Os jornais de ontem e ante-ontem, inclusive, anunciavam que em Londrina e diversas cidades do Norte do Paraná realizavam concursos para conseguir funcionários para a implantação de uma campanha de vacinação contra febre aftosa, que está prevista para janeiro.

Devemos ressaltar que o assunto que V. Exa. traz a esta tribuna, merece profundos estudos. Principalmente quando, num país como o nosso, carente de divisas, precisando aumentar sua arrecadação, sabendo que a carne, hoje, está cotada, aproximadamente, a 700 dólares a tonelada, carne com osso, e a mais de mil dólares a tonalada de carne de primeira, carne com osso a mais ou menos, 3,50 o quilo, vem trazer ao país uma posição privilegiada. Mas, é preciso fazer um programa de infra-estrutura. Esperamos e temos confiança que a partir de junho será iniciada a vacinação do rebanho de quatro em quatro meses. Quando os países compradores reconhecerem que, de fato, a carne será exportada livre de vírus da febre aftosa, acredito que o Brasil irá entrar neste ramo que V. Exa. está se referindo.

Meus parabéns pelo assunto e pela sua iniciativa.

O SR. NIVALDO KRÜGER Agradeço a V. Exa. pela contribuição que deu a esta palestra que aqui estou fazendo.

O Sr. Pinto Dias — V. Exa. permite um aparte?

O SR. NIVALDO KRÜGER — Desejo apenas responder ao aparte do deputado João Maciel. V. Exa. definiu o problema muito bem, quando se referiu à vacinação contra a aftosa.

Entretanto, o pretêxto da aftosa não seria válido para o Paraná e para nenhum outro Estado. Sabemos que no Rio Grande do Sul iniciou-se um surto de aftosa, através de um vírus para o qual não existe ainda, no Brasil, vacinação. No Rio Grande do Sul está todo o rebanho atingido pela aftosa, violentamente atingido.

Os jornais dêsse Estado, com muita reserva, por motivos óbvios, não noticiaram ainda o que está acontecendo com o rebanho riograndense. Porém, hoje, num telefonema, tratando de interesses da minha região, relativamente à transferência de animais de alta linhagem, tive esta informação de que lá está grassando surto de aftosa violentamente.

O Sr. João Maciel — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Determinados países exigem que o certificado de exportação de carne seja assinado pelo Ministro da Agricultura, declarando que a carne está livre do vírus da aftosa. Os Estados Unidos não aceitam a assinatura do funcionário, nem que ele seja do mais alto gabarito. A assinatura tem que ser do Ministro da Agricultura.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Tem o aparte o nobre deputado Pinto Dias.

O Sr. Pinto Dias — Sr. Deputado, gostaria de, nesta interferência, informar que esta se realizando na Capital do Estado do Paraná, no Instituto de Biologia, órgão ligado à Secretaria da Agricultura, um congresso de professores e veterinários, os quais estão, exatamente, estudando e procurando dar ao rebanho do Paraná aquele tratamento necessário para que nosso produto tenha condições de concorrer, em qualidade, no mercado de exportação.

V. Exa. deve ter observado que o Brasil tem encontrado dificuldade, e muito grande, para exportar carne, porque a nossa mercadoria não tem condições de concorrer, em qualidade, com outros países, como bem lembrou o deputado Sebastião Rodrigues, como Argentina e Uruguai.

Entretanto, o Governo, nos últimos anos, vem dando atendimento especial; vem, através do Ministério da Agricultura, dando condições, vacinando o rebanho e procurando, assim, eliminar a aftosa, carbúnculo e brucelose. E é dentro da observação que eu tenho quase que a certeza que, dentro de poucos anos, o Brasil estará em condições de igualdade de oferecer ao

mundo inteiro, a qualidade que os outros países oferecem em carne. Mas a observação, o seu pronunciamento é realmente importante, porque o Brasil, nobre Deputado, em tôdas as áreas, como V. Exa. afirmou há pouco, na região principalmente da Amazônia; segundo os técnicos, a região privilegiada para a pecuária, está o Governo brasileiro dando incentivo extraordinário naquela área, principalmente através de Sudene e Sudam. Eu tenho a impressão e chego a me convencer que o Governo tem também procurado dificultar um pouco a exportação, principalmente no que se refere à matrizes, porque o número de projetos naquela área do país é tão volumoso que, dentro de pouco tempo haverá quase que dificuldades para serem povoados os projetos com matrizes. Nós temos então, assim, uma limitação; nós temos conhecimento que o Rio Grande do Sul ainda recentemente fez contrato com Portugal, de duas mil toneladas de carne; fez também uma exportação com a Espanha, de 5 mil garrotes machos. Então o Brasil tem, assim, procurado facilitar a exportação de carne de garrotes e dificultado a exportação de carne de matrizes, porque há necessidade de povoamento em áreas que, hoje, o Governo tem procurado incentivar e estimular. Era esta a interferência.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço ao deputado Pinto Dias pelo aparte que concedeu, servindo para ilustrar de maneira objetiva o que venho afirmar aqui desta tribuna, e queria ressaltar, deputado Pinto Dias, V. Exa. lembrou bem, preocupa-me e há de preocupar a qualquer brasileiro ligado à economia e atencioso aos problemas econômicos do País, esta abertura imensa de áreas de pastagem no interior do nosso país. Se não prepararmos um mecanismo — é este o alertamento que quero fazer — se não prepararmos um mecanismo de comercialização nos países consumidores, tradicionalmente consumidores, aceitando "slogans" que se fabricam contra produtos brasileiros, se continuarmos aceitando a política dos países concorrentes, que é o de difamar o Brasil, nós chegaremos em pouco tempo a uma situação insustentável neste setor da economia nacional. Teremos milhares e milhares de bovinos nas invernadas, sem condições de comercialização, e sabemos que bovinos não se penduram no gancho; o bovino tem que ser comercializado no tempo certo.

O Sr. Pinto Dias — Nobre Deputado, a política do Governo Federal, dá uma certa tranqüilidade a homens que se dedicam a este tipo de trabalho, haja visto, e V. Exa., tenho certeza, conhece todos os setores da agricultura, o Brasil exportava quase nada além do café e do algodão. Hoje nós estamos exportando quase todos os produtos que saem da terra. Ainda recentemente, V. Exa. sabe, no ano passado foi extraordinário o número de milho exportado do país. Então, o Governo brasileiro vem adotando uma política que dá certa tranqüilidade, uma política de agressividade, séria, de equilíbrio, planejada e estudada. O Governo Federal, agora, não pode, naturalmente, na minha opinião, desencadear uma campanha de exportação de carne, se não estamos preparados para oferecer aqueles produtos para concorrer com os demais países. Porém o Governo está, assim, srs. Deputados, procurando eliminar os rebanhos brasileiros afetados, a brucelose, a aftose e outros males mais graves, para poder competir dentro da qualidade, como da quantidade.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Eu creio que a política do Governo Federal está sempre atenta. Acredito nisso. Não duvido disso. No entanto o que me parece razoável é que nós, os representantes do povo, devemos fazer alertamentos constantes porque, se não fizermos, as questões vão passando despercebidas e daqui a pouco, acontecerá como ocorreu há três anos atrás. V. Exa. há de se lembrar disto, que as nossas invernadas ficaram abarrotadas o Governo decretou preço, entrou nas invernadas, prendeu arbitrariamente, entrevistou de forma que não resolveu o problema. O Governo importou carne do Uruguai, o Governo importou boi em pé e nós, de Gua-

rapuava, na época, levantamos uma campanha que tinha a intenção de atingir a área estadual, e qual não foi a nossa surpresa ao verificarmos, no encontro que tivemos em São Paulo com todos os Secretários de Agricultura, que o problema era o mesmo em todo o Estado. O Governo procedeu erradamente naquela ocasião; eu não confio muito nos órgãos do Governo, acho que os órgãos do Governo devem viver sob a vigilância do povo, e a vigilância do povo há de ser exercida pelos seus representantes, quer nesta Assembléia, quer nas estaduais, nas municipais, quer na Câmara Federal, quer no Senado Federal. Portanto, acho que nada mais justo, nada mais apropriado, do que as assembleias levantaram suas vozes representando as áreas de produção, representando o povo, no sentido de levar aos órgãos do Governo alertamento, porque todos conhecem muito bem a facilidade com que os órgãos governamentais assentam-se nas comodidades. Conhecemos isso profundamente.

Quando as invernadas do Paraná não sabiam, quando os invernistas não sabiam, em 1967, para onde enviar as boiadas, porque o truste internacional, os grandes comerciantes, se valeram de uma manobra maléfica, anti-patriótica, valiam-se desta manobra e sujeitavam os seus produtores a um processo ridículo a um processo de preço inaceitável.

O sr. Pinto Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ela não foi bem anti-patriótica, ela foi "borgófica".

O SR. NIVALDO KRÜGER — Exatamente. Veja V. Exa. a minha preocupação.

Nós sabemos que as áreas de bovinos tiveram, durante tantos anos, quatro anos, sem os preços atuais, estáticos.

Houve, ilustres Deputados, um recesso nas atividades pecuárias do país; durante 4 anos os preços foram se deteriorando, ao ponto das atividades se tornarem inteiramente inconvenientes. E hoje estamos aí, à beira até da falta do produto para a exportação em algumas áreas do País. Então é esta a razão, quando eu vejo que uma missão nipônica visita o nosso país e se omite o Estado do Paraná. Eu não aceito isto, porque não entendo que um Estado como o nosso se acocóre, enquanto na área da política federal se trama no sentido de dar prosseguimento à política de desenvolvimento daquelas áreas, e se omite o Estado do Paraná.

Muito bem dizia o ilustre deputado Sebastião Rodrigues noutro dia, quando reivindicava para o Paraná um pôsto de destaque na Federação. E aí está, srs. Deputados, o reflexo da ausência de um paranaense, porque fôra ele qualquer um dos srs. Deputados, da ARENA ou do MDB, mas no caso da política atual, qualquer um dos senhores, Ministros de Estado, Chefe da CASSEX, eu tenho certeza que a missão não iria para o Rio Grande do Sul, que a missão, pelo menos para tomar água, pararia no Estado do Paraná.

O sr. Leopoldo Jacomel — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. levanta uma tese que, se não me falha a memória, eu levantava em 1967 nesta mesma Tribuna que V. Exa. está usando.

V. Exa. acusa por assim dizer, a ausência de um paranaense num dos Ministérios da República.

O SR. NIVALDO KRÜGER — E lamento profundamente, nobre Deputado.

O sr. Leopoldo Jacomel — Eu também lamento. No entanto, não posso concordar com os termos de V. Exa., porque em 1967, o Paraná tinha no Ministério de Agricultura um grande paranaense, que é o ilustre paranaense Ivo Arzúia Pereira. Nesta Casa, veio um grande criador de bovino, Dr. Celso Garcia Cid que, na época trazia o problema para esta Assembléia, face não ter podido solucioná-lo pelo Poder Executivo.

Nesta ocasião, nós nos propusemos a solicitar do dr. Celso Garcia Cid, que usava a tribuna aquêle dia que, se transferido o problema para esta As-

sembléia o gado, na ordem de 574 cabeças, que êle havia recebido como doação do Marajá da Índia para a sua fazenda, que êle transferisse também para o Estado do Paraná, êste número de cabeças. Êle se propunha a transferir e nós, através de uma comissão de Deputados, da qual tive a honra de ser o Presidente fomos ao Ministério, no Rio de Janeiro, e lá debatemos o problema para a liberação e importação do gado da Índia, em benefício do Estado do Paraná.

Entretanto, pela mesma situação passa o Paraná, com relação à exportação da carne, face ao micróbio da aftosa cuja vacinação só foi iniciada, com eficiência, em 1968. A Índia, naquela ocasião, também não pôde remeter ao Paraná aquele gado que era de pura raça.

Veja V. Exa. como é complexo o problema. Não é a ausência dos parlamentares que debatem o problema nesta Casa; é o complexo que existe, por causa de um micróbio que muitas vezes não é fácil de se descobrir, e leva a se sacrificar uma população inteira.

E o Caso que V. Exa. trata nesta Casa é semelhante, porisso nós solicitamos o aparte de colaboração; é um problema de vacinação. Nenhum comerciante e nenhum país arrisca-se, e disseram os demais deputados que o apartearam, que os importadores dos demais países do mundo exigem até no atestado de vacinação, a assinatura do ministro, e nunca de qualquer funcionário.

Eis porque está sendo difícil a exportação da carne bovina.

Era o aparte de colaboração que queria dar a V. Exa., e me congratular com V. Exa., que levanta um problema tão importante, que trará divisas para o Brasil. — (Sem revisão do orador).

O SR. NIVALDO KRÜGER — Quero agradecer a V. Exa., e só lamento não poder trazer dados mais concretos, pelas razões que expus de início: não estava programado falar neste assunto. Apenas um requerimento enviado ao Ministro Cirne Lima, solicitando que na missão nipônica seja também incluída uma visita ao Paraná, no seu programa, para que possa levar impressões sobre a importância da pecuária no nosso Estado.

Parece que não há despropósito na apresentação de um requerimento desta ordem, e creio que será aprovado por todos.

Ao encerrar, quero mais uma vez agradecer os apartes que me honraram e reafirmar a importância da pecuária na vida econômica do nosso Estado.

O sr. Antônio Maciel — V. Exa. permite m aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, não queria perder a oportunidade antes de V. Exa. deixar a Tribuna da Casa, para fazer algumas considerações.

Disse eu, a respeito da qualidade da nossa carne, em confronto com os demais países; esta questão de qualidade, não é bem o problema, na realidade, porque temos compradores de um tipo de carne de primeira, segunda e terceira. E o mercado internacional da carne existe para todos êsses tipos de carne. Agora, não podemos comparar carne brasileira com carne do Uruguai. Ora iremos exportar carne Zebu e o Uruguai e a Argentina, mesmo, exportam outras carnes européias. Nós disputaríamos um outro mercado. Isto inclusive vantagem, porque o nosso custo de carne é mais baixo. O gado europeu, criado no Uruguai e na Argentina, tem um custo muito mais caro, apesar de ter uma leve qualidade superior. Nosso produto está em condições de enfrentar os concorrentes do mercado internacional, com grandes vantagens, devido à extensão do País, com o mais variado clima. Quero terminar frisando que a qualidade não é problema, porque temos mercado para os três tipos de carne. O que precisamos é convencer o comprador de que já estamos livres da febre aftosa. Depois, preparar os frigoríficos e portos com câmaras de refrigeração necessárias para que possamos lançar o produto no mercado internacional.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço o aparte.

Sr. Deputado, quando me refiro à organização do mecanismo de comercialização para o mercado exterior, quero dizer exatamente isto. Preparação do mecanismo, porque dentro de instantes teremos milhares de bois, dentro de mais alguns anos apenas, milhares e milhares de bois neste setentrião brasileiro, e não teremos mercado de consumo preparado para receber este produto.

Então vamos alertar as autoridades, fustigar os que têm a responsabilidade de prever a produção e o consumo no mercado internacional, para que não sofra esta atividade tradicional exercida no Rio Grande do Sul, no Paraná, em São Paulo, em Santa Catarina, em Minas Gerais e Mato Grosso, atividade esta que tem ônus muito mais elevado do que empreendimentos pioneiros, dada a fertilidade do solo e uma série de outros fatores, para que não fiquem essas atividades prejudicadas pela concorrência que sofrerão.

Lembro agora, para reforçar este argumento, o que aconteceu com a SUDENE. Esta, através de incentivos fiscais, carregou recursos do sul aplicando-os no nordeste, empresas praticamente deficitárias no nordeste, empresas com mecanismos já superados, hoje estão produzindo equipamentos de toda a ordem, eletrodomésticos, enfim, produtos de toda a ordem, concorrendo com as empresas matrizes do sul, dada toda a sorte de incentivos, facilidades de capital e vantagens oferecidas para este tipo de investimentos.

Hoje, por exemplo, a firma X, com sede no Rio Grande do Sul, produz no nordeste e lança no mercado sulino a preço muito inferior, porque lá não está sujeita ao ressarcimento do investimento provindo do incentivo fiscal que, em última análise, provém de todo o povo. O que está ocorrendo hoje é isto. Estas empresas, com fábricas no nordeste, estão gradativamente despedindo operários, e esses estão gerando um problema social muito mais grave. Sabemos todos e basta olhar no relatório da SUDENE, que quase todas as empresas do sul hoje investem no nordeste, através deste processo. Porque o capital investido lá na terra é mínimo e provém do incentivo fiscal, provém de todos nós do mais humilde consumidor que, ao recolher o imposto de renda, encaminha recursos neste sentido. Amanhã, a avalanche bovina pode vir lá do norte em ondas, em nuvens até como vêm as tormentas vindas com os ventos quentes do norte e afogar a atividade pecuária sulina. E ficará o peão do sul olhando para o pinga solto na coxilha, porque não valerá a pena reunir a boiada. Isto pode ocorrer. Já está ocorrendo na indústria.

Vemos no Rio Grande do Sul, e não vamos citar nomes, empresas que tinham 20 mil operários e reduziram para 5 mil, porque se automatizaram no nordeste e os produtos lá são lançados no mercado a preços muito inferiores. E no Paraná poderá acontecer o mesmo.

Desculpem, srs. Deputados, se me empolgo, ao tratar de assunto desta natureza, se o abordo com ênfase e entusiasmo, mas é que enxergo como um problema que vai ocorrer, e amanhã o dinheiro do sul vai fazer com que o sul se desempregue, amanhã o dinheiro que é carregado daqui vai fazer com que o norte se desenvolva e nós tenhamos de preparar os caminhões e comboios para levar a população que não tem onde trabalhar. Isto é um perigo.

Analisemos isto com profundidade: a carne é apenas um aspecto da coisa, é apenas um ângulo da questão.

Lembro ainda o que o nobre deputado Pinto Dias disse a respeito do milho. A Itália importa milho do Brasil e o que faz? Usa a parte nobre do cereal e devolve o bagaço, para produzir carne que concorre com a nossa.

Por que não levantamos, aqui, essas questões, e provamos aos nossos dirigentes a necessidade de aproveitarmos aqui mesmo os nossos produtos, beneficiando-os? Mas, o que acontece quando exportamos milho? Ficamos satisfeitos como se isso fosse uma grande vantagem. Mas o que deveríamos

fazer era importar maquinária para as zonas essencialmente produtoras de milho, e transformarmos esse milho em produto industrializado.

Eu vim aqui, srs. Deputados, para não falar, e acabei ocupando todo o tempo destinado ao Expediente.

Agradeço a intervenção patriótica dos srs. Deputados no sentido de conduzir a economia de nosso País nos melhores rumos possíveis e oferecer ao nosso povo condições reais de desenvolvimento.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Antônio Costa, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Antônio Belinati, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação de matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 23-70, que transfere para responsabilidade do D.E.R., com fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Mamborê ao de Ubitatã, numa extensão aproximada de 40 (quarenta) quilômetros. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 23-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Mamborê ao de Ubitatã, num trecho de, aproximadamente, 40 (quarenta) quilômetros de extensão.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26.4.71.

aa) Cândido Manoel Martins de Oliveira — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Murício Fruet

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 48-71, Mensagem n.º 6-71, encaminhando anteprojeto de Lei que incorpora aos vencimentos do funcionalismo Estadual o Abono Provisório concedido pela Lei n.º 6.169, de 10 de Novembro de 1970, e majora os mesmos vencimentos em 10% (dez por cento) conforme especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 49-71, Mensagem n.º 7-71, encaminhando anteprojeto de Lei solicitando autorização Legislativa, a fim de que o Governo do Estado ofereça em caução ações da Petrobrás de propriedade do Estado do Paraná, como garantia em operação de crédito a ser realizada com instituições financeiras. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 184-70, de autoria do dep.

Paulo Poli, que declara de Utilidade Pública, a Congregação das Irmãs Catequistas de Sant'Ana, do Distrito de Vera Guarani, Município de Paulo Frontin. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 305-70, de autoria do dep. Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), à Mônica Angélica Silveira. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 59-70, de autoria do dep. Sílvio Barros, que considera de Utilidade Pública Estadual, o Escritório Técnico de Planejamento de Maringá — ETEPLAN — com sede em Maringá. — Parecer **CONTRÁRIO** da C.C.J. — **Rejeitado.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 312-70, de autoria do dep. Túlio Vargas, denominando "Jataí de Alcântara", o atual Município de Jataizinho. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 312-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Passa denominar-se "Jataí de Alcântara" o atual Município de Jataizinho.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1970.

a) **Túlio Vargas**

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de antiga reivindicação do povo de Jataizinho, a mudança do nome de sua comuna, pois historicamente é o que melhor revela sua tradição.

Já em 1959, a sua Câmara de Vereadores aprovava a Lei Municipal número 140, a qual autorizava o Chefe do Poder Executivo daquele Município a "pleitear junto aos poderes competentes a mudança do nome do Município de Jataizinho" (sic).

Portanto, parece-nos ser a presente iniciativa uma medida de justiça, pelas razões já expedidas.

Assim sendo, apresentamos o presente projeto à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei n.º 312-70

Autor: Dep. Túlio Vargas

Súmula: Denomina "Jataí de Alcântara" o atual município de Jataizinho.

P A R E C E R

O presente projeto, de autoria do nobre Deputado Túlio Vargas, objetiva alterar a denominação do município de Jataizinho.

Do ponto de vista constitucional e legal, nada vemos que impeça o seu acolhimento.

Pela aprovação é o parecer, **sub censura.**

Sala das Comissões, em 17 de abril de 1971.

aa) **Wilson Brandão** — Presidente

Igo Losso — Relator

Emílio Carazzai,

Odilon Reinhardt,

Aguinaldo P. Lima

Acyr José

deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja endereçado ofício ao Presidente da Telepar, no sentido de que seja stendida a rede telefônica ao Município de Faxinal. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 5-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Diretor Geral do D.E.R. no sentido de que seja feita recapagem urgente na BR-369, no trecho Apucarana-Londrina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Leontino Campitelli. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Domício Scaramella, constante do Expediente solicitando seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo sr. Ministro da Agricultura no sentido de que seja colocado em execução o art. 21, inciso III e § 6.º da Constituição do Brasil. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao sr. Secretário de Saúde Pública, no sentido de que o mesmo determine a adoção das medidas necessárias para que o Posto de Saúde do município de Piên receba o equipamento e o pessoal necessário ao seu pronto e urgente funcionamento. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nelson Buffara lido da Tribuna, solicitando sustagem do Projeto de Lei sobre a Constituição Estadual. — **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Maurício Fruet constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Governador do Estado, sugerindo a criação de um organismo estadual — Superintendência do Desenvolvimento da Região Metropolitana de Curitiba — que teria objetivo de coordenar os planos municipais da mencionada área. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de seja determinada, a título experimental a adoção de artiga sugestão e reivindicação dos motoristas profissionais, no sentido de se colocar em todos os pontos de táxis uma caixa apropriada para identidade dos passageiros. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Carlos Affonso Meissner Osório, Secretário da Agricultura do Estado do Paraná no sentido de que seja instalado na cidade de Maringá um centro de análise e conservação do sólo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando melhor fiscalização para a BR-277 no trecho compreendido entre Lagoa Sêca e Guarapuava. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado solicitação ao sr. Governador do Estado para que solucione a situação dos pensionistas do IPE, que estão sem receber seus pagamentos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos a Sra. Helena Haroldo Leon Peres, pela Campanha do Agasalho". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli constante do Expediente, de sessão anterior, com a sua discussão adiada, por 20 sessões, a requerimento de autoria do sr. deputado Xerofonte Villanueva que solicita regime de urgência para o Projeto em tramitação nesta Casa que propõe a criação de Inspetoria Regional de Ensino, com sede em Arapongas. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. Requerimento de autoria do sr. deputado Rosário Pitelli, lido da Tribuna, solicitando seja enviado ao sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Café officio sugerindo a prorrogação do prazo para o plantio do café por meio de mudas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja enviada solicitação ao sr. Ministro de Agricultura, no sentido de que a visita da Missão Japonesa, que chegará no próximo dia 31 ao nosso país, para tratar de problemas relativos ao comércio de ~~café~~, seja extensiva também ao nosso Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado João Mansur, lido da Tribuna, solicitando seja formulado apêlo aos srs. Ministro da Fazenda, Ministro da Agricultura, e do Commercio, sr. Governador do Estado no sentido de ser celebrado convêto tendente a isentar do I.C.M., as vendas de animais puros de origem. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja constituída uma Comissão Especial de 3 Deputados para consultar pessoalmente, o Ministro da Justiça, sobre a nova constituição. Em Discussão.

O SR. ANTONIO BELINATI — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, desejo apenas lembrar aos ilustres Deputados que estamos vindo a disposição da bancada da ARENA em aprovar a Constituição passando por cima quem sabe, da própria Constituição do Brasil. Já nos referimos ao art. 182 da Constituição Federal que manteve os atos complementares posteriormente baixados.

Resolvemos encaminhar este requerimento para que seja primeiro ouvido o Ministro da Justiça, porém, sr. Presidente, estamos cientes que, quem sabe, por uma recomendação do Palácio Iguaçu, ou do próprio Governador, o nosso requerimento poderá ser rejeitado, mas que fique aqui a nossa manifestação e que se o nosso requerimento não fôr aprovado estará esta Casa ignorando e legislando aqui, passando por cima da própria Constituição do Brasil e do Ato Complementar 46.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão. Votação. **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Muggiati Filho, constante do cópia da mensagem de Reforma da Constituição, a diversos órgãos, a fim de Expediente, solicitando o encaminhamento de expediente acompanhado de que possam opinar a respeito. — **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando seja convocado para prestar informações, o sr. Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Justiça. — Em votação.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES. — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, srs. Deputados. Dos mais oportunos é o requerimento que apresentou o deputado Cândido Martins de Oliveira. Como bem disse S. Exa. nesta tribuna, ao encaminhar à apreciação desta douta Casa, o requerimento que tenho em mãos, despertou o maior interesse em todo o Estado do Paraná a reforma proposta por S. Exa. o sr. Governador do Estado, da Carta Magna que rege a vida política do nosso Estado. Então, é uma das mais justas a curiosidade, porque se trata de uma reforma profunda e que demandaria, portanto, profundos estudos para que resulte uma Constituição, não só condizente com aquilo que ela se propõe em termos com a Constituição Federal, mas também uma Constituição que pudesse ser entendida como uma melhoria daquela já em vigor. Entendo e reputo como um dos mais oportunos este requerimento apresentado à Casa pelo nobre deputado Cândido Martins de Oliveira.

Era preciso que nós soubessemos a filosofia que inspirou a reforma e

ninguém melhor para informar esta Casa e ao Estado do que aquêle, ou aquêles que trataram das emendas em apreciação nesta Casa. Então, a presença do dr. Rui Ferraz de Carvalho, digníssimo Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, entendo que a presença de S. Exa., viria a constituir-se numa atribuição das mais sérias, para que pudéssemos captar o verdadeiro sentido dos princípios jurídico-filosóficos das reformas que se propõem a esta Casa. Não sei se o requerimento de autoria do deputado Cândido Martins de Oliveira receberá o apoio da maioria dos srs. Deputados, mas receberá o meu apoio. E se este requerimento não fôr aprovado, quero fazer um apêlo que interessa ao nobre líder da bancada da ARENA nesta Casa, para que S. Exa. transmita a S. Exa. o sr. Secretário, a nossa apreensão, o nosso desejo, de que, num diálogo franco, S. Exa. possa nos informar do conteúdo jurídico-filosófico da reforma que o Governo propõe a esta Casa. Tenho certeza, como disse o nobre deputado Cândido Martins de Oliveira desta tribuna, que S. Exa. com o seu brilhantismo, traria a esta Casa luzes suficientes para esclarecer alguns pontos que nós, ou melhor, que alguns Deputados, certamente, sentiam obscuros na reforma proposta. Era êste o apêlo que queria fazer ao deputado João Mansur, se êste requerimento não fôr aprovado, para que compareça a esta Casa, o sr. Secretário dos Negócios do Interior e Justiça, para que nós com S. Exa., num diálogo franco, sincero e honesto, possamos nos preparar a contento para votar a reforma constitucional.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. JOÃO MANSUR — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente. O requerimento do nobre deputado Cândido Martins de Oliveira, nosso companheiro de bancada com assento nesta Casa, vem demonstrar o zêlo, o interesse do Deputado, no sentido de melhores esclarecimentos sôbre a nova adaptação da Carta constitucional do Paraná.

E desde o início nós dissemos e reafirmo, mais uma vez, que nada se está fazendo às escordidas.

A Mensagem Governamental foi publicada por tôda a imprensa do Estado, além de ter sido publicada pelo "Diário da Assembléia", foi distribuída a todos os srs. Deputados para que tomassem conhecimento daquilo que o Governo pretende emendar.

Ontem, ainda nós concordamos em que a sessão da Casa fôsse suspensa em homenagem à transmissão do Comando da 5.ª Região Militar, pelo exmo. sr. general José Campos de Aragão ao exmo. sr. general Carlos Tourinho. E antes mesmo que fôsse procedida a leitura do Expediente, o que seria muito normal, ocasião em que esta Casa tomaria conhecimento da mensagem governamental, ficou estabelecido que nós estaríamos hoje, contando o prazo de três dias para o recebimento das emendas.

No entanto, concordamos, a fim de que esta Casa tivesse ainda mais três dias de prazo. E êste prazo se expira segunda-feira.

De modo que os srs. Deputados têm uma semana para apresentação de emendas. Quero neste instante, justificar a orientação dêste nosso procedimento que não será nunca de desrespeito ao eminente colega, Cândido Martins de Oliveira, mas sim, em respeito ao sr. secretário dos Negócios do Interior e Justiça, dr. Rui Ferraz de Carvalho, porque desde há muito, se manifesta em S. Exa. o proposito de aqui vir pessoalmente, e espontaneamente debater, com os srs. Deputados, e esclarecer a todos nós se porventura qualquer dúvida pairasse a qualquer um dos srs. Deputados, com relação as emendas propostas pelo Poder Executivo.

Razão pela qual, queremos justificar a nossa decisão de votar contra o requerimento do nobre deputado Cândido Martins de Oliveira, mas aceitamos a sugestão do nobre deputado Sebastião Rodrigues, e aqui estará S. Exa. o sr. Secretário do Interior e Justiça, dr. Rui Ferraz de Carvalho, a qualquer momento, quando se dispuser, a fim de que a Casa possa tomar

conhecimento, através de um diálogo franco e sincero, do assunto que ora está se debatendo nesta Casa. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação. — Rejeitado.

Com fundamento na emenda ao artigo 197, do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução 2-71, vamos abrir prazo para oferecimento de emendas à Proposta Governamental de reforma da Constituição do Estado.

Assim, nos 3 dias de sessão que se seguirão à sessão de hoje, a Mesa receberá tais emendas.

A Presidência repete. A Mesa receberá emendas à Proposta Governamental, na 5.ª feira, 6.ª feira e 2.ª feira.

Esta Presidência solicita aos srs. Líderes de bancadas que indiquem representantes, em número de quatro para a Aliança Renovadora Nacional e 1 para o Movimento Democrático Brasileiro, para na Comissão, opinarem sobre o referido projeto.

Esta presidência vai encerrar a presente sessão...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, peço a palavra para falar em explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Erondy Silvério, para falar em explicação pessoal.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Solicitamos a palavra para endereçar um apêlo ao nobre Líder do Governo nesta Casa, sr. deputado João Mansur. Vamos explicar a razão do nosso apêlo. Nós, quando definimos a nossa posição política nesta Casa, com relação ao atual Governador, dissemos à Casa que todas as vezes que viesse a esse Legislativo uma Mensagem Governamental, visando o interesse coletivo, do povo nós estaríamos aqui, ao lado do sr. Governador; como teríamos plena liberdade para criticá-lo, usando a tribuna sagrada que o povo nos conferiu, quando a atitude do sr. Governador não consultasse de perto aos interesses do Paraná.

O sr. Governador do Estado acaba de baixar um decreto, constituindo um grupo de trabalhos para estudar a Central de Abastecimento de Curitiba. Um velho sonho dos curitibanos e um velho sonho deste Deputado, desde o tempo em que era Vereador pelo município de Curitiba.

E agora, em boa hora o governador Haroldo Leon Peres, tenta concretizar esse sonho. Mas estamos inibidos de vir desta tribuna nos congratular com o sr. Governador do Estado, porque existe nesta Casa um requerimento subscrito por 16 srs. Deputados, propondo a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar irregularidades existentes no transporte coletivo do município, inter-municipal em táxis. E circula a "boca pequena", por toda a cidade e por todo o Estado que eu receio de que esta Comissão apurasse realmente irregularidades no transporte, jamais ocupando esta tribuna para criticar o sr. Governador do Estado. Pura inverdade. Pura fantasia. Mas, estou inibido de vir aqui também elogiar o sr. governador, quando ele toma uma atitude que vem ao encontro das aspirações do povo paranaense. Porque serão estas mesmas pessoas propagando a "boca pequena" e até argumentando que estaríamos elogiando o sr. Governador do Estado por receios de uma represália de sua parte.

Portanto, o apêlo que faço ao Líder do Governo é para que indique os elementos que devem compor a Comissão Parlamentar de Inquérito que tratara das irregularidades que possam existir nos transportes coletivos e de táxis da Capital, para que este Deputado tenha a liberdade de vir à tribuna criticar ou elogiar, como bem entender, o Governador do Estado.

O sr. Sebastião Rodrigues — Digo coragem, porque nem sempre homens to). Nobre deputado Erondy Silvério, primeiramente quero hipotecar inteiramente

ra solidariedade a V. Exa. face aos comentários existentes e que V. Exa. traz ao conhecimento da Casa. Dou-lhe minha solidariedade e aplauso pela coragem com que V. Exa. tem sempre procedido na Casa...

O SR. ERONDY SILVERIO — Antes de V. Exa. prosseguir quero dizer que não é coragem, é um dever cívico, quando existe uma acusação, embora veladamente, contra homens públicos, se exigir que seja apurada.

O sr. Sebastião Rodrigues — Digo coragem, porque nem sempre homens públicos têm coragem de assumir suas responsabilidades. Portanto, confirmo meu ponto de vista e meu aplauso a V. Exa. pela coragem com que tem se conduzido nesta Casa, colocando o bem público acima de tudo. Quero secundá-lo no apêlo com relação à Comissão Parlamentar de Inquérito que tratará dos transportes coletivos, endereçando outro apêlo à liderança do partido majoritário da Casa para que se instale o mais breve possível a Comissão aprovada pela Casa, por proposta de V. Exa., no sentido de ser constituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito para a apuração de possíveis irregularidades ocorridas no Governo Paulo Pimentel. Esta Comissão foi constituída e eu, como representante do MDB na mesma, estou aguardando que ela se instale para iniciarmos os trabalhos.

O SR. ERONDY SILVERIO — Agradeço a V. Exa..

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Pedi um aparte para que se faça justiça sobre a questão levantada por V. Exa. da tribuna. Não sei se entendi bem. Realmente constantes pedidos de instalação de diversas Comissões Parlamentares de Inquérito foram feitos. Mas tenho a certeza de que não era objetivo dos Deputados que subscreveram aquelas petições, atingir V. Exa. porque, além de ser V. Exa. nosso Colega, muito embora seja empresário, e um grande empresário, posso garantir que o objetivo não era absolutamente atingir V. Exa. direta ou indiretamente. Para que se faça justiça e V. Exa. se sinta à vontade, gostaria de fazer este depoimento. V. Exa. está certo quando diz que quer ver instalada esta Comissão e se alguém deu este endereço à Comissão deu o endereço errado e, tenho certeza, não se refere às empresas que V. Exa. tão bem dirige. As empresas que V. Exa. dirige são bem organizadas e difícil seria encontrar nessas empresas alguma irregularidade.

E lembro a V. Exa., nobre Deputado, de um aparte do deputado Ivo Tomazoni, naquela Comissão, falava-se de empresas, mas também existem empresas fora do Estado. Daí a justificativa dessa Comissão, porque então nem seria atribuição desta Casa. Quem sabe se essa Comissão foi pedida para apurar irregularidades em empresas de outros municípios.

Este aparte tem o sentido de pedir a V. Exa., que é um homem de caráter, que não se exalte, que não fique com o ânimo exaltado, principalmente neste momento em que o sr. Presidente da República fez apêlo para que não se atirassem pedras ao passado.

Daí nobre Deputado, o desejo da maioria dos srs. Deputados de que não se falasse em Comissão Parlamentar.

O SR. ERONDY SILVERIO — Nobre Deputado, quero, em primeiro lugar agradecer a solidariedade de V. Exa., o que não me surpreende porque V. Exa. além de ser meu amigo pessoal é um dos mais brilhantes parlamentares desta Casa, tem a cabeça sempre no lugar e pensa sempre com as vistas voltadas para os superiores interesses do Paraná.

Em segundo lugar, nobre Deputado, os homens dirigentes dessas empresas são os homens que me acompanharam em minha campanha política. E esses são os homens atingidos pela Comissão criada para investir na área da iniciativa privada. Esta Casa não tem atribuição legal para isso, muito menos para investigar irregularidades de âmbito municipal, porque todos os municípios têm plena autonomia.

Todavia, como existem cerca de 800 motoristas de táxis, e estes nada têm a temer, vivem — alguns até há mais de quarenta anos prestando serviços

à coletividade — esses até fazem questão que essa Comissão desenvolva suas atividades.

Porque no relatório final vai ficar provado que eles muito têm contribuído para a coletividade curitibana, às vezes, até com sacrifício, como está acontecendo atualmente.

Portanto, essa Comissão vem de encontro à vontade de empresários curitibanos, em número de treze, e que dão assim plena aquiescência, que essa Comissão desenvolva seus trabalhos e, na conclusão de seu relatório, apareça a verdade cristalina. Mas não estou incriminando ninguém. Absolutamente. Essa Comissão teve um objetivo. Depois, dada reclamações do sr. Presidente da República, arrefeceu o entusiasmo daqueles que a subscreveram. Mas nós gostaríamos que essa comissão fôsse instalada, que desenvolvesse suas atividades, seus trabalhos para que, como já dissemos, ao final, aparecesse a verdade. É o que interessa aos homens que por mais le guarenta anos labutam, diariamente, a favor da coletividade. E se enriqueceram foi servindo à comunidade brasileira. Enriqueceram aqueles que têm capacidade de trabalho, enriqueceram aqueles que têm a felicidade de ingressar num ramo comercial em que as perspectivas são boas para todos. E o regime democrático tem essa grande vantagem, que é abrir oportunidades para todos indistintamente: abre ao filho do sapateiro, e ao filho do industrial; abre ao pobre e ao rico. Triunfa o mais capaz. Agora, aquele que dorme até ao meio dia, esse ficará sempre na "boca maldita" ou na Rua 15, mordendo o calcanhar daqueles que trabalham e que conseguiram êxito graças ao seu trabalho, ao trabalho diuturno e, muitas vezes sacrificado.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre sr. deputado Erondy Silverio, estamos ouvindo com atenção o pronunciamento que V. Exa. faz neste instante. Só tenho a lamentar que V. Exa. tenha pôsto em dúvida a palavra e as afirmações de um seu colega desta Casa porque, por mais de uma vez, disse a V. Exa. que jamais o Governo do Estado tinha interesse em instalar Comissões Parlamentares de Inquérito. V. Exa. é testemunha de que, quando apresentava seu requerimento, eu me neguei a subscrevê-lo, dizendo, na oportunidade, que o governador Haroldo Leon Peres jamais havia denunciado quem quer que seja e não tinha interesse em Comissões Parlamentares de Inquérito.

Por ocasião da votação para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para tratar de irregularidades nos transportes coletivos inter-municipais, eu afirmava a V. Exa. que deve estar bem lembrado das razões que nos levaram a propor a criação daquela Comissão e invoco, neste instante, o testemunho dos deputados Armando Queiroz, Ivo Tomazoni e Jorge Sato, que comigo estiveram reunidos com diversos empresários do Paraná, que traziam sérias reclamações contra o Departamento de Estradas de Rodagem e contra o órgão responsável pela distribuição das linhas inter-municipais. Naquela ocasião, por sugestão não me lembro de quem, foi incluído o transporte coletivo municipal. Eu havia explicado...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Peço licença a V. Exa. para um esclarecimento. Então, transfiro a esse nobre sr. Deputado — peço excusas aos demais 15 srs. Deputados que subscreveram o requerimento — mas transfiro a esse nobre Deputado que sugeriu que fôsse extensivo aos serviços públicos municipais, aquela expressão infeliz, que empreguei outra tarde, de burrice, porque, realmente, foi burro, porque esta Casa não tem direito de investir contra a autonomia municipal.

O sr. João Mansur — Nobre Deputado, de modo que nunca houve e jamais haverá o interesse desta Casa em atingi-lo pessoalmente. Não passou e jamais passará pela cabeça de quem quer que seja, e isso afirmei a V. Exa. diversas vezes. De modo que não vejo razão para que V. Exa. não possa, como fez hoje, vir elogiar e louvar uma atitude do sr. governador Haroldo Leon Peres que baixou um decreto, como bem anunciou V. Exa.. Foi louvável sua atitude, quando revelou que o Governo veio de encontro a

uma velha aspiração da população curitibana. Fique certo V. Exa. de que jamais houve e não há de ser com esses métodos que esta Casa haverá de fazer calar sua voz. Conhecemos sua independência e já fiz menção por diversas vezes. Só lamentamos que V. Exa. não tivesse dado crédito às palavras e afirmações de um colega seu, que sempre teve V. Exa. na maior conta, que sempre teve em V. Exa. um Deputado combativo, que sempre zेलou pelos interesses do povo curitibano e paranaense.

De modo que louvo a atitude de V. Exa., quando elogia um ato do sr. governador Haroldo Leon Peres.

O SR. ERONDY SILVEIRO — Agradeço as referências pessoais que V. Exa. fez a meu respeito e me sinto à vontade para sem lugar confetis — ou me sinto à vontade porque V. Exa. disse a toda Casa, que seu objetivo na Comissão, não era pessoal. Eu me sinto novamente à vontade para renovar o apêlo a V. Exa., para que esta Comissão seja instalada. E me sinto também à vontade para, neste instante, congratular-me com o sr. Governador do Estado, sem bajulação, porque realmente êle atendeu a uma solicitação do povo curitibano e a uma necessidade porque a Cia. Urbes construiu lá no bairro do Portão um monstrengo a que deram o nome de Centro de Abastecimento, sem nenhuma condição de funcionamento para preencher as necessidades da cidade. Gastou-se o dinheiro do povo, jogouse fora o dinheiro do povo, sem atender as reivindicações do povo sofrido que só tem a Colal o único órgão onde pode abastecer-se a preços mais reduzidos.

Se o Governo do Estado der integral apoio a esta comissão que tem por objetivo estudar a construção do Centro de Abastecimento de Curitiba uma vez que os nomes escolhidos, com exceção de um que é um pouco sonhador para compôr esta Comissão, são da maior responsabilidade e são homens que já têm uma longa fôlha de serviços prestados à coletividade não somente de Curitiba como do Paraná.

Tenho certeza que, se o Governador não deixar apenas no papel o decreto que fez publicar na imprensa do Paraná, se der condições de funcionamento a êste grupo de trabalho, Curitiba vai ganhar um Centro de Abastecimento, o qual é uma velha reivindicação de nosso povo.

Quero fazer justiça ao Governador do Estado mas com independência, pois virei criticá-lo aqui quantas vezes se tornar necessário. Esta não é uma adesão, é apenas um reconhecimento de que o Governo, em menos de dois meses, atendeu a cidade que eu que os deputados Acyr José, Maurício Fruet, Igo Losso, Arthur de Souza e Fabiano Braga Côrtes representamos nesta Casa com muito orgulho, porque o povo de Curitiba é um povo ordeiro, trabalhador e precisa que o Poder Público Estadual olhe também para os seus problemas. — (Sem revisão do orador).

O SR. ARMANDO QUEIROZ — (Para explicação pessoal).

Sr. Presidente, srs. Deputados, acredito que seja de meu dever vir a esta tribuna embora de passagem, para dar uma explicação sobre os fatos ocorridos e que foram motivo de debate nesta Casa, uma vez que meu nome foi citado nominalmente pelo líder da bancada João Mansur.

Quero deixar claro aos srs. Deputados que realmente fui solicitado pelo deputado João Mansur para, representando S. Exa., ir ao DER, numa Comissão João Mansur para, representando S. Exa., ir ao DER, numa Comissão Jorge Sato e pelo deputado Pinto Dias. Lá tratamos exclusivamente de transporte inter-municipal.

Fatos posteriores a êste não participei, fatos subsequentes esse somente tomei conhecimento aqui no Plenário na hora em que vim pedir a Comissão Parlamentar de Inquérito. Meu testemunho fica restrito a essa face. Era isto que queria explicar aos srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão marcando outra para amanhã, dia 13, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 30-70;

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 305-70;

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 312-70 e 178-70;

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 5-71.

Levanta-se a sessão.